ALBRAS
ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.
CNPJ Nº 05.053.020/0001-44

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações relacionadas a alumínio. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável através do fluxo de caixa das operações futuras.

b. Outras informações

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (Gerais e administrativas), monta a R$ 96.232 (2012 - R$ 81.129) e R$ 1.500 (2012 - R$ 4.410), respectivamente.

14 Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos em dólares americanos:

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
No país				
Adiantamento Contrato de Câmbio - ACC				
Principal - Equivalente a US$ 110 milhões	257.686		316.743	
Encargos	1.546		3.111	
	259.232		319.854	
No exterior				
Japan Bank for International Corporation - JBIC				
Principal - Vencíveis entre junho de 2013 e junho de 2017 equivalente a US$ 117 milhões	78.088	195.206	68.118	238.401
Encargos	190		219	
	78.278	195.206	68.337	238.401
	337.510	195.206	388.191	238.401

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro as posições em aberto classificadas no não circulante são as seguintes:

Ano	2013	2012
2014		68.118
2015	78.088	68.118
2016	78.088	68.118
2017	39.029	34.047
	195.206	238.401

Os empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2013 estavam sujeitos a juros anuais, entre 0,30% e 1,60%.

15 Garantias

Em garantia do empréstimo JBIC foi oferecido pela:

- *NAAC - 49% dos recebíveis com as exportações da Albras, por ocasião do vencimento de cada parcela.*

O contrato de financiamento com o JBIC impõe certas limitações à Companhia no tocante a ocorrência de eventos de penhora, fusão ou inadimplência. No ano de 2013, a Companhia não apresentou qualquer não conformidade em relação às cláusulas restritivas.
Os pagamentos dos juros e amortização do principal do empréstimo mantido com o JBIC são mantidos em conta garantida - vide Nota Explicativa nº 8.

16 Provisões e contingências

a. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias	17.393	17.771	9.658	564
Cíveis			1.053	
Trabalhistas e previdenciárias	7.096	10.872	783	14
Ambientais			43.528	42.152
	24.489	28.643	55.022	42.730

A Companhia durante 2013 contratou um segundo escritório jurídico no intuito de obter uma 2ª opinião dos processos tributários, o que influenciou substancialmente nas provisões efetuadas durante o ano de 2013 nas contingências tributárias (INSS) resultando em um aumento de provisões, montante de R$ 9.000.

b. A movimentação da provisão no exercício de 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.643	42.730
Adições	1.555	17.356
Baixas	(6.771)	(8.004)
Atualizações monetárias	1.063	5.567
Ajuste Valor Presente		(2.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.490	55.022

c. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.
A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira e também nos processos de isenção de tributos federais oriundos das operações de importação (drawback).
- A natureza das obrigações tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos pelo não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) incidentes sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2007 a 2012 e compensações ou pedidos de restituição de crédito do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 a 2011.
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Passivos ambientais - a Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente.

d. Perdas contingências possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2013	2012
Tributárias	165.390	106.048
Cíveis	799	
Trabalhistas	17.829	15.336
	184.018	121.384

MP 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627 de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397 de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (IN 1397).
Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção, de forma irretratável, pela sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada.

17 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R$ 1.00 por ação.
As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade.
A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B. registrado no Banco Central do Brasil no montante de US$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil.
Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade.
Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, A Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no

Página 13 continua

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE